

**ANEXO I**  
**INOVATHUB ATIVOS S/A**  
**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**  
**Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo**

Art. 1º. - **INOVATHUB ATIVOS S/A**, Empresa Pública Municipal sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pelo Município de Tarumã – SP, estatal não dependente, vinculada ao Gabinete do Prefeito, regida por este estatuto e pela lei que autoriza sua criação, Lei Municipal nº 1.548, de 12 de abril de 2022 e pelas Leis Federais nºs 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais legislações aplicáveis.

Art. 2º. - A Companhia tem por objeto:

I – estudar, planejar, projetar, implementar, construir, manter, operar e explorar atividades relacionadas com o tema cidade inteligente, considerando atividades inerentes, as seguintes: gerenciamento e valorização de capital humano, governança pública, transparência pública, planejamento estratégico governamental, tecnologia da informação, tecnologia e sistemas de gestão e suporte administrativo; tecnologias em geral, conectividade, rede de dados, sistemas de segurança, tecnologias para telecomunicações, rede de processamento de dados, gerenciamento de dados, guarda e proteção de dados, desenvolvimento de softwares customizáveis ou não; capacitação de pessoas para mercado de trabalho; capacitação e formação profissionais técnicos em diversas áreas; fomento e formação de educadores; fomento, implantação, manutenção de HUB inovação tecnológica; implantação, manutenção de HUB de sustentabilidade ambiental, social, e econômica; formação técnica nas áreas de tecnologia; implantação, manutenção operação de HUB de atração, formação, capacitação e retenção de talentos em diversas áreas do serviço público; implantação, manutenção de HUB de fomento Artístico e cultural; fomento do empreendedorismo; mobilidade urbana; inteligência urbana; geração de energias renováveis, iluminação pública e eficiência energética, insumos e serviços relacionados; desenvolvimento de estratégia, ações e ferramentas de tecnologias relacionadas a saúde pública; formação de pessoas voltadas a implementação de atendimento cordial nas áreas de saúde, educação, assistência social, serviços públicos em geral; atividades de infraestrutura em geral, saneamento ambiental na forma do novo marco regulatório do saneamento básico; atividades de infraestrutura de pavimentação, construção civil, hidráulica ou elétrica, usinagem de massa asfáltica e fabricação de artefatos de cimento, concreto e construções de obras de arte e congêneres; atividades de ordenação urbana, uso e parcelamento do solo e projetos habitacionais; transporte escolar, tráfego, trânsito e sistema viário; gerenciamento de frotas veiculares, máquinas e equipamentos de mobilidade elétricos, hidrogênio, combustão mista, combustão simples ou outras tecnologias de combustíveis sustentáveis e a locação de frotas; atividades

relacionadas a elaboração projetos de engenharia e urbanísticos em suas diversas áreas; plataformas multifinalitárias, sistemas, programação; implementação modelo de eficiência em gestão e governança para resultados nas áreas de saúde e educação, alugando e empregando equipamentos em geral, usando tecnologia, estratégia, expertise em gestão de serviços de saúde e de educação e alocação de mão de obra especializada;

II – auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade;

III – estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, inclusive instituir subsidiária voltada a operações financeiras, por meio de fintech, banco digital, criptomoedas e outras operações do mesmo escopo;

IV – auxiliar o Município na execução do Programa Municipal de Inovação;

V – participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades econômicas e a função social da empresa, incluindo-se a criação de subsidiárias;

VI – auxiliar o Município na atividade de zeladoria, conservação e manutenção de seu patrimônio e seus bens;

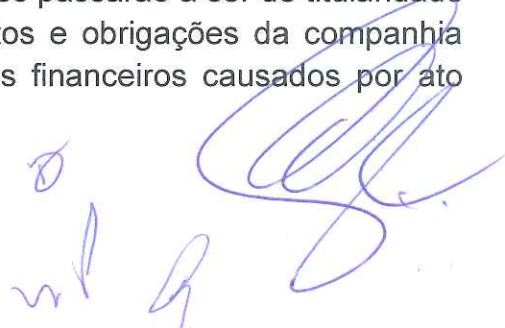
VII – administrar e explorar economicamente ativos municipais;

Parágrafo Único – As atividades previstas neste artigo poderão ser exercidas diretamente pela companhia ou por intermédio de subsidiárias que venha a constituir ou de que venha a participar, majoritariamente ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração, nos termos da Lei Municipal nº 1.548 de 12 de abril de 2022.

Art. 3º. - A Sociedade tem sede na Avenida Tarumã, n.º 1712, Vila das Árvores, na cidade de Tarumã – SP.

Art. 4º. - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Parágrafo Único – No caso de extinção da Companhia, as ações de sua titularidade em subsidiárias ou em outras sociedades passarão a ser de titularidade do Município, que passa a ser sucessor de direitos e obrigações da companhia perante terceiros, exceto quando houver prejuízos financeiros causados por ato doloso.



## CAPÍTULO II Do Capital Social e das Ações

Art. 5º. - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 100 (cem) Ações Ordinárias nominativas, cada uma com um direito a voto, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. Todas as ações foram emitidas sem valor nominal, no valor unitário de emissão de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§1º. - As transferências de ações poderão ser formalizadas apenas no Livro de Transferência de Ações Nominativas, livro este que ficará na sede da empresa. A empresa poderá emitir certidão de assentamentos nos livros de Registro de Ações Nominativas, e Transferência de Ações Nominativas, nos termos do §1º do artigo 100, da Lei Federal n.º 6.404/76, ou emitir ata apresentando a composição acionária em determinada data.

§2º. - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

## CAPÍTULO III Da Assembleia Geral

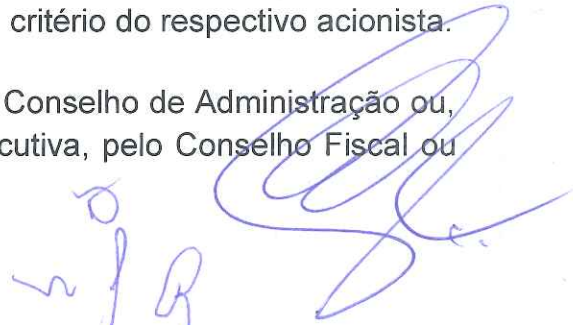
Art. 6º. - A Assembleia Geral é o órgão máximo da empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

Art. 7º. - A Assembleia Geral é composta pelos acionistas com direito de voto. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente da empresa ou pelo substituto que esse vier a designar.

Art. 8º. - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos primeiros 3 (três) meses, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 9º. - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto. As deliberações serão tomadas pela maioria do capital votante e serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas de forma sumária. Em caso de decisão não-unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo acionista.

Art. 10. - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou



pelos acionistas. A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Art. 11. - Nas Assembleias Gerais tratar-se-á exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

#### SEÇÃO I

#### Competências da Assembleia Geral

Art. 12. - A Assembleia Geral, além de outros casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre:

I – alteração do capital social;

II – avaliação de bens com que o acionista concorre para a formação do capital social;

III – transformação, fusão, incorporação e cisão;

IV – dissolução e liquidação da empresa;

V – alteração do estatuto social;

VI – eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração;

VII – eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

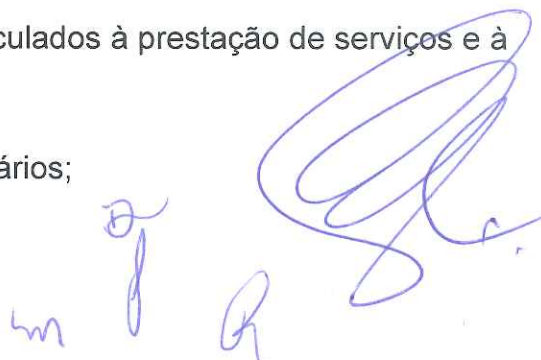
VIII – fixação da remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria;

IX – aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos;

X – autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

XI – alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles;

XII – permuta de ações ou outros valores mobiliários;



XIII – alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da empresa;

XIV – emissão de debêntures, inclusive de controladas;

XV – emissão de quaisquer outros títulos e valores mobiliários, no País ou no exterior; e,

XVI – eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas.

#### **CAPÍTULO IV** **Das Regras Gerais dos Órgãos Estatutários**

Art. 13. - A empresa terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

I – Conselho de Administração;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal;

IV – Comitê de Auditoria;

V – Comitê de Elegibilidade.

Art. 14. - A empresa será administrada pelo Conselho de Administração, como órgão de orientação superior das atividades da empresa, e pela Diretoria Executiva.

Art. 15. - A empresa fornecerá apoio técnico e administrativo aos órgãos estatutários.

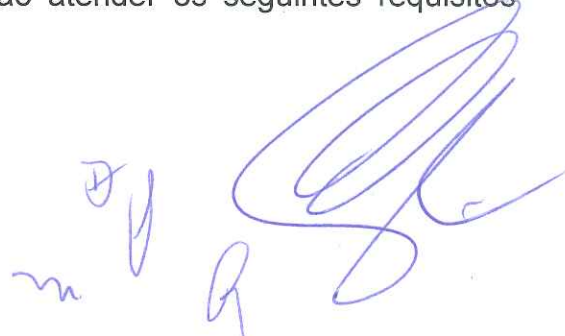
Art. 16. - Sem prejuízo do disposto neste Estatuto, os administradores da empresa serão submetidos às normas previstas nas Leis Federais nºs 6.404, de 15 de dezembro 1976 e na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### **SEÇÃO I**

#### **Requisitos e vedações para os Diretores**

Art. 17. - Os Conselheiros e Diretores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios:

I – ser cidadão de reputação ilibada;



II – ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;

III – ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado ou experiência profissional que comprove a capacidade para exercício do cargo;

IV – ter pelo menos uma das experiências profissionais abaixo:

a) Experiência na área de atuação da companhia ou em área conexas ao cargo para o qual forem indicados;

b) Experiência em cargo de diretor, ou de conselheiro de administração, ou de chefia superior em sociedade de porte ou objeto social semelhante ao da companhia, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

c) Experiência em cargo de comissão ou função de confiança ou superior, em pessoa jurídica de direito público interno;

d) Experiência em cargo de docente, ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da companhia;

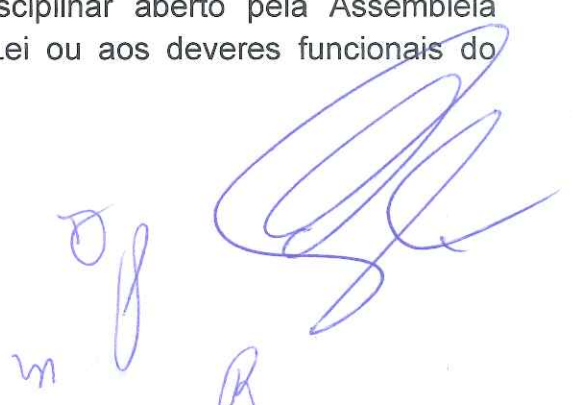
e) Experiência como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da companhia.

§1º. - Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de Diretor de empresas estatais.

§2º. - Aplica-se o disposto neste artigo aos representantes dos empregados ou de acionistas minoritários de outros entes federativos que venham a ser acionistas.

Art. 18. - Os Conselheiros de Administração e os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo Colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

Parágrafo Único – A destituição de membro do Conselho de Administração ou de todo o Conselho de Administração antes do fim do mandato é medida excepcional justificada por procedimento administrativo disciplinar aberto pela Assembleia Geral que comprove infração ao Estatuto, à Lei ou aos deveres funcionais do conselheiro.

Handwritten signatures in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct signatures, with the largest one being a stylized, cursive signature.

SEÇÃO II  
Posse e Recondução

Art. 19. - O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à empresa.

Art. 20. - Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

SEÇÃO III  
Desligamento

Art. 21. - Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:

I – o membro do Conselho de Administração ou Fiscal ou do Comitê de Auditoria que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa;

II – o membro da Diretoria Executiva que se afastar do exercício do cargo por mais de 30 dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

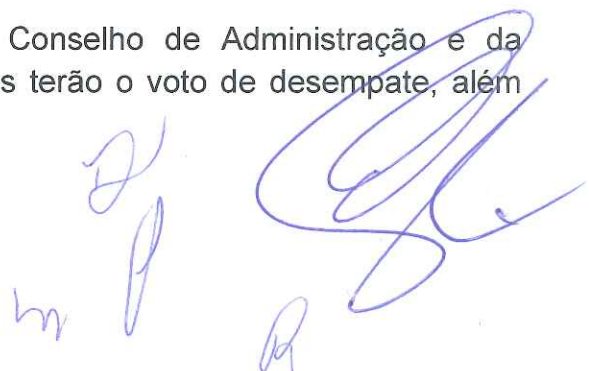
SEÇÃO IV  
Quórum e convocação

Art. 22. - Os órgãos estatutários reunir-se-ão com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 23. - As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

Art. 24. - Em caso de decisão não-unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro.

Art. 25. - Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão o voto de desempate, além do voto pessoal.



Art. 26. - Os membros de um órgão estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto.

Art. 27. - As reuniões dos órgãos estatutários poderão ser presenciais ou por tele ou videoconferência.

Art. 28. - Os membros estatutários serão convocados por seus respectivos Presidentes ou pela maioria dos membros do Colegiado. O Comitê de Auditoria poderá ser convocado também pelo Conselho de Administração.

Art. 29. - A pauta de reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela empresa e acatadas pelo colegiado.

#### SEÇÃO V Remuneração

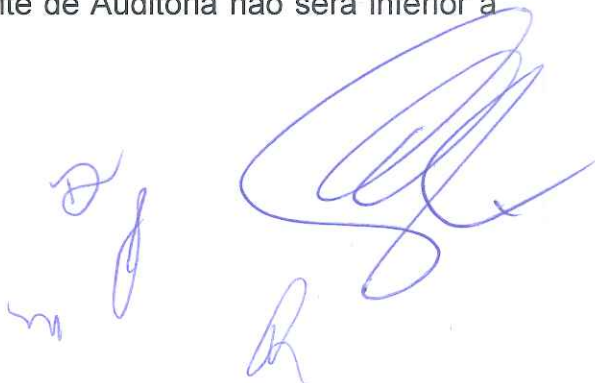
Art. 30. - A remuneração dos administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente. É vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

Parágrafo Único: O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral a proposta de remuneração fixa e variada da Diretoria Executiva.

Art. 31. - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso os conselheiros residam na mesma cidade da empresa, esta custeará as despesas com locomoção e alimentação, caso resida fora do país arcará com as próprias despesas até um aeroporto de sua conveniência no Brasil.

Art. 32. - A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da empresa estatal não excederá a vinte por cento da remuneração mensal do Presidente da Empresa, excluídos os valores relativos, eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

Art. 33. - A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria não será inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.





SEÇÃO VI  
Do Treinamento

Art. 34. - Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela empresa sobre:

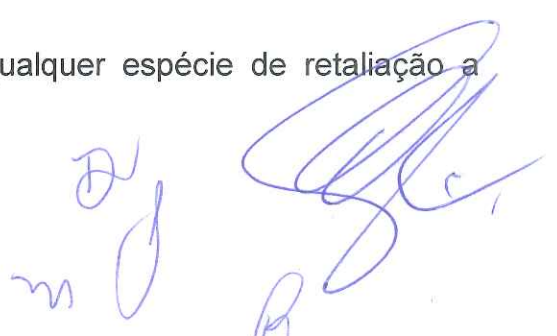
- I – legislação societária e de mercado de capitais;
- II – divulgação de informações;
- III – controle interno;
- IV – código de conduta;
- V – Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e,
- VI – demais temas relacionados às atividades da empresa estatal.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos.

SEÇÃO VII  
Código de Conduta e Integridade

Art. 35. - Deverá ser elaborado e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disponha sobre:

- I – princípios, valores e missão da empresa estatal, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;
- II – instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;
- III – canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais;
- IV – mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias;



V – sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade;

VI – previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta e Integridade, a empregados, administradores e conselheiros fiscais, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores.

#### SEÇÃO VIII

##### Defesa Judicial

Art. 36. - Os Administradores e os Conselheiros Fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

Art. 37. - A empresa, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função.

Art. 38. - O benefício previsto acima aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

Art. 39. - A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

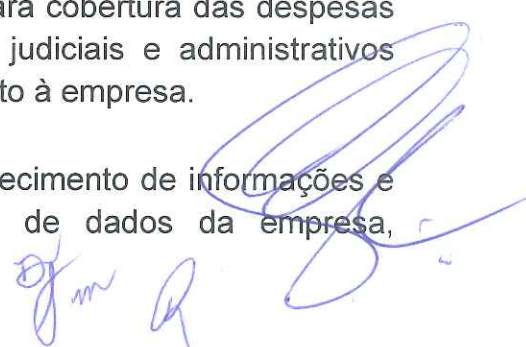
Art. 40. - Na defesa em processos judiciais e administrativos, se o beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à empresa todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela empresa, além de eventuais prejuízos causados.

#### SEÇÃO IX

##### Seguro de Responsabilidade

Art. 41. - A empresa poderá criar fundo de reserva ou manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à empresa.

Art. 42. - Fica assegurado aos Administradores o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da empresa,



indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato.

#### SEÇÃO IX

##### Quarentena para a Diretoria Executiva

Art. 43. - Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§1º. - Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observado o §2º deste artigo.

§2º. - Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses.

#### **CAPÍTULO V**

##### **Do Conselho de Administração**

Art. 44. - O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da empresa.

#### SEÇÃO I

##### Composição

Art. 45. - O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, com prazo de gestão de 03 (três) anos, permitidas reconduções consecutivas, será constituído por 03 (três) Conselheiros de livre nomeação pelo Prefeito.

§1º. - O presidente do Conselho de Administração será eleito entre os conselheiros.

§2º. - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por dois terços dos seus membros.

§3º. - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade, em caso de empate.

Art. 46. - O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos pelo colegiado.

Art. 47. - O Presidente da empresa não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente.

SEÇÃO II  
Prazo de gestão

Art. 48. - O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 03 (três) anos, permitidas reconduções consecutivas.

Art. 49. - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

SEÇÃO II  
Vacância e Substituição Eventual

Art. 50. - No caso de vacância da função de Conselheiro de Administração, o Presidente do colegiado deverá dar conhecimento ao Conselho e o Chefe do Executivo designará o substituto, por indicação daquele órgão, para completar o prazo de gestão do conselheiro anterior.

Art. 51. - A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes.

SEÇÃO III  
Reunião

Art. 52. - O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 53. - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

SEÇÃO IV  
Competência

Art. 54. - Compete ao Conselho de Administração:

I – fixar a orientação geral dos negócios da empresa;



II – eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da empresa, fixando-lhes as atribuições;

III – fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV – manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

V – aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VI – convocar a Assembleia Geral;

VII – manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

VIII – manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

IX – autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

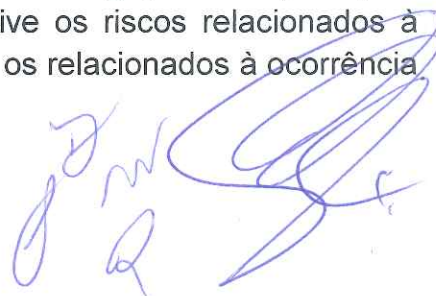
X – autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XI – aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de riscos, Dividendos e Participações societárias, bem como outras políticas gerais da empresa;

XII – aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XIV – determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a empresa estatal, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;



XV – definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;

XVI – Identificar a existência de ativos não de uso próprio da empresa e avaliar a necessidade de mantê-los;

XVII – deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da empresa, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e na Lei Federal nº13.303, de 30 de junho de 2016;

XVIII – aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAIN, sem a presença do Presidente da empresa;

XIX – criar comitês de suporte ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

XX – eleger e destituir os membros de comitês de suporte ao Conselho de Administração;

XXI – atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a membros da Diretoria Executiva;

XXII – realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XXIII – nomear e destituir os titulares da Auditoria Interna;

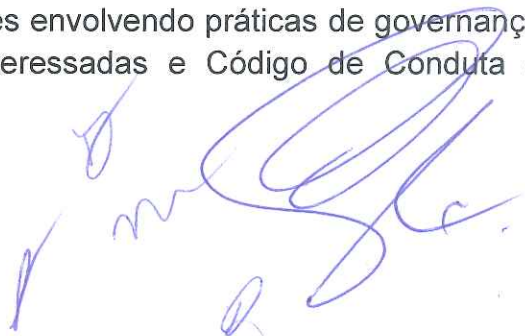
XXIV – conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente da Empresa, inclusive a título de férias;

XXV – aprovar o Regimento Interno da Empresa, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como o Código de Conduta e Integridade;

XXVI – aprovar o Regulamento de Licitações;

XXVII – aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral.

XXVIII – discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e Código de Conduta e Integridade;



XXIX – subscrever Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas;

XXX – estabelecer política de comunicação visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa;

XXXI – aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XXXII – promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões.

XXXIII – deliberar sobre remuneração dos membros da Diretoria e participação nos lucros da empresa;

XXXIV – autorizar a constituição de subsidiárias, bem como a aquisição de participação minoritária em empresa;

XXXV – aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XXXVI – aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

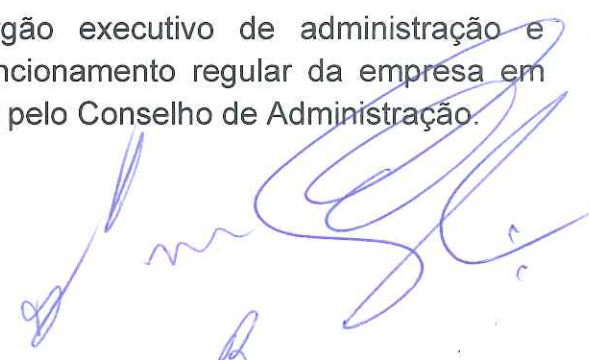
XXXVII – manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria-Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar; e,

XXXVIII – excluem-se da obrigação de publicação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Diretoria Executiva**

Art. 55. - A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.



## SEÇÃO I

### Composição e investidura

Art. 56. - A Diretoria Executiva é composta pelo Presidente da Empresa e 02 (dois) Diretor de Operações, sendo:

I – Presidência;

II - Diretor de Operações;

II – Diretoria Administrativo-Financeira;

III – Diretoria Comercial e de Novos Negócios;

IV – Diretoria Técnica.

Parágrafo Único: No ato de constituição da Empresa a Diretoria Executiva será composta por apenas 2 (dois) membros, Presidente e Diretor de Operações nos termos do Art. 143 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sendo as demais diretorias constituídas quando do efetivo início das operações realizadas pela empresa.

Art. 57. - A Diretoria Executiva será eleita pelo Conselho de Administração.

Art. 58. - É condição para investidura em cargo de Diretoria da empresa estatal a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

## SEÇÃO II

### Prazo de Gestão

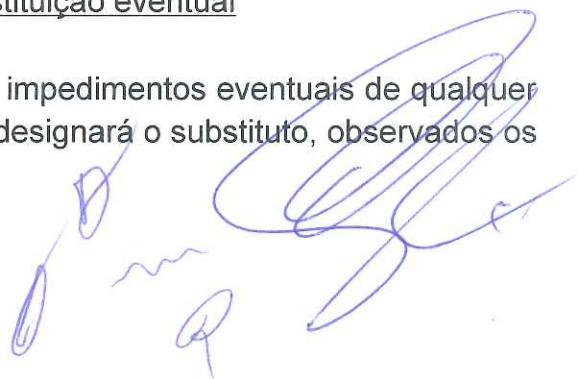
Art. 59. - O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado de 03 (três) anos, sendo permitidas reconduções consecutivas.

Art. 60. - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

## SEÇÃO III

### Licença, vacância e substituição eventual

Art. 61. - Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Presidente designará o substituto, observados os requisitos.





Art. 62. - Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da empresa, o Conselho de Administração designará o seu substituto.

Art. 63. - Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de férias mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

Art. 64. - O substituto do Presidente não o substitui no Conselho de Administração, caso seja membro do Colegiado.

#### SEÇÃO IV

##### Reunião

Art. 65. - A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente sempre que necessário.

#### SEÇÃO V

##### Competência

Art. 66. - Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I – gerir as atividades da empresa e avaliar os seus resultados;

II – monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

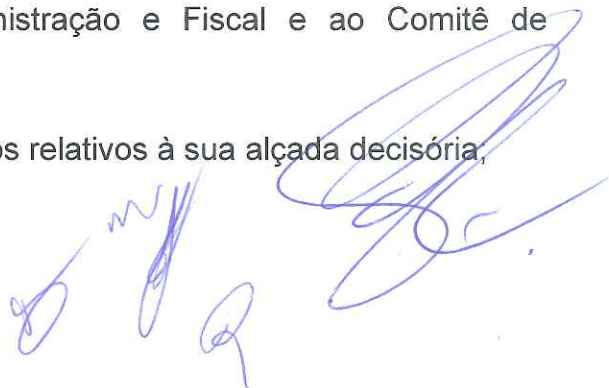
III – elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da empresa e acompanhar sua execução;

IV – definir a estrutura organizacional da empresa e a distribuição interna das atividades administrativas;

V – aprovar as normas internas de funcionamento da empresa;

VI – promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

VII – autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória,



VIII – Indicar os representantes da empresa nos órgãos estatutários de suas participações societárias;

IX – submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;

X – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

XI – colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;

XII – aprovar o seu Regimento Interno;

XIII – deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor;

XIV – apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; e,

XV – propor a constituição de subsidiárias e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da empresa.

#### SEÇÃO VI Atribuições do Presidente

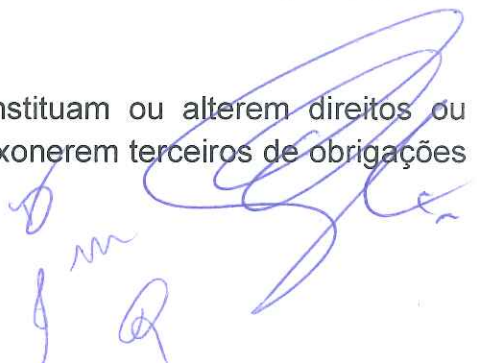
Art. 67. - Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Presidente da empresa:

I – dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da empresa;

II – coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;

III – representar a Empresa em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores “ad-negotia” e “ad-judicia”, especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato;

IV – assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações da empresa, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações



para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;

V – expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados;

VI – baixar as resoluções da Diretoria Executiva;

VII – criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições;

VIII – conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;

IX – designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva;

X – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

XI – manter o Conselho de Administração e Fiscal informado das atividades da empresa;

XII – exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração; e,

XIII – atribuições dos demais diretores executivos.

Art. 68. - São atribuições dos demais Diretores Executivos:

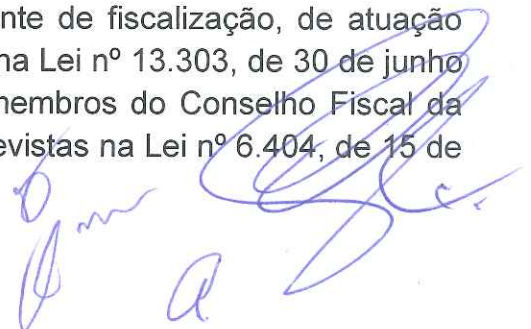
I – gerir as atividades da sua área de atuação;

II – participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e,

III – cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.

## **CAPÍTULO VII Do Conselho Fiscal**

Art. 69. O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de



dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.  
Composição e prazo de Atuação no Conselho Fiscal.

Art. 70. O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

I – 02 (dois) membros representantes do executivo municipal lotados na Secretaria Municipal de Governo;

II – 01 (um) membro indicado pelos empregados públicos da Companhia.

§1º. - Enquanto não houver empregados públicos na empresa, o membro do colegiado a que se refere o inciso II será também indicado pelo Prefeito Municipal.

§2º. - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente.

§3º. - As indicações de que trata o inciso I deste artigo não excluem os próprios secretários, desde que servidores municipais.

Art. 71. - Os membros do Conselho Fiscal são eleitos na forma do artigo anterior. Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

§1º. - O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida sua reeleição.

§2º. - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a respectiva eleição.

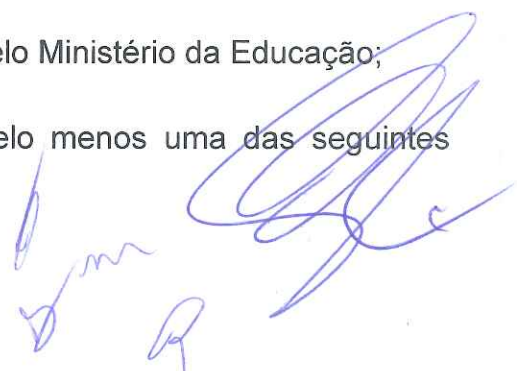
#### SEÇÃO I Requisitos

Art. 72. - Os Conselheiros Fiscais deverão atender os seguintes critérios obrigatórios:

I – ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;

II – ter graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação;

III – ter experiência mínima de dois anos, em pelo menos uma das seguintes funções:



a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta;

b) Conselheiro Fiscal ou administrador em empresa;

c) membro de Comitê de Auditoria em empresa; e,

d) cargo gerencial em empresa;

IV – não ser empregado da empresa estatal ou do mesmo grupo, nem ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da empresa.

§1º. - A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§2º. - As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso III do caput poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

Art. 73. - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes. Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume até a indicação do novo titular.

Art. 74. - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.

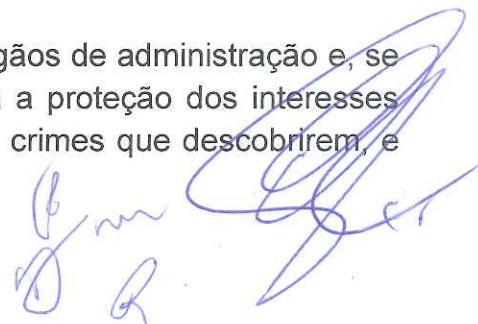
Art. 75. - Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II – opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;

III – manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão (as empresas públicas estão impedidas de emissão de debêntures conversíveis em ações);

IV – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;



V – convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

VI – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa;

VII – fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência a acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da empresa;

VIII – exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da empresa;

IX - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

X – aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XI – realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XII – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e,

XIII – fiscalizar o cumprimento do limite de participação da empresa no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.

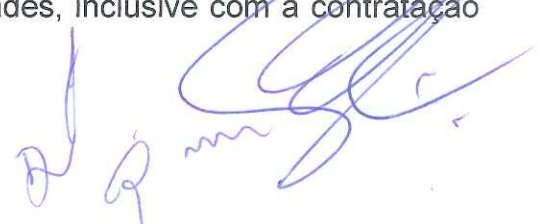
## **CAPÍTULO VIII**

### **Do Comitê de Auditoria**

Art. 76. - O Comitê de Auditoria é o órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

Art. 77. - O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela empresa, que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

Art. 78. O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.



SEÇÃO I  
Composição e Prazo de Atuação

Art. 79. - O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 03 (três) membros.

Art. 80. - Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.

Art. 81. - Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da empresa, sendo que pelo menos 01 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária.

Art. 82. - São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:

I – não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

a) Diretor ou membro do Conselho Fiscal da empresa estatal ou de sua controladora, subsidiária, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; e,

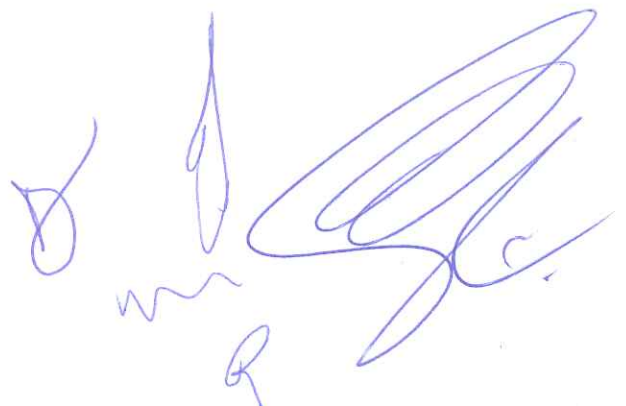
b) responsável técnico, Diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na empresa estatal;

II – não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;

§1º. - O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da empresa estatal pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

§2º. - É vedado a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.

§3º. - O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir suas reuniões.



## SEÇÃO II

### Mandato

Art. 83. - O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 5 (cinco) anos, permitida recondução.

Art. 84. - Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

## SEÇÃO III

### Vacância e substituição eventual

Art. 85. - No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

Art. 86. - O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes.

## SEÇÃO IV

### Reunião

Art. 87. - O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos 01 reunião mensal.

Art. 88. - O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes da sua divulgação.

Art. 89. - A empresa estatal deverá divulgar as atas de reuniões do Comitê de Auditoria.

Art. 90. - Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da empresa estatal, apenas o seu extrato será divulgado.

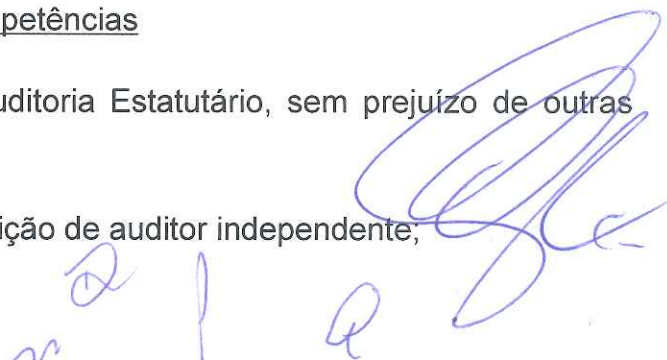
Art. 91. - A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria estatutário, observada a transferência de sigilo.

## SEÇÃO V

### Competências

Art. 92. - Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I – opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;





II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa;

III – supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da empresa;

IV – monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa;

V – avaliar e monitorar exposições de risco da empresa, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração da administração;

b) utilização de ativos da empresa;

c) gastos incorridos em nome da empresa;

VI – avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas;

VII – elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

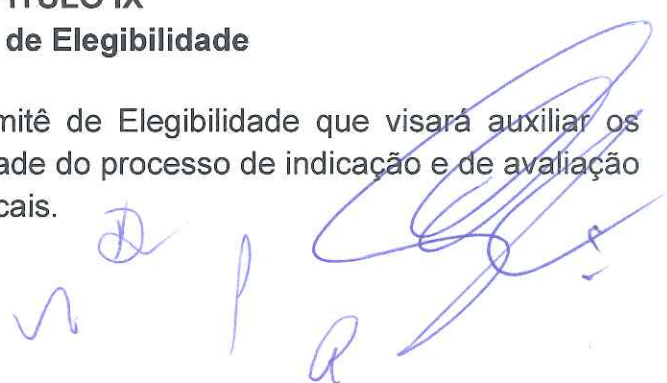
VIII – avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a empresa for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Art. 93. - O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Comitê de Elegibilidade**

Art. 94. - A empresa disporá de Comitê de Elegibilidade que visará auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais.



Art. 95. - O Comitê de Elegibilidade será constituído por 03 (três) membros de outros comitês, preferencialmente o de auditoria, por empregados ou conselheiros de administração, sem remuneração adicional, observados os artigos 156 e 165 da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 1 (um) ano.

Art. 96. - Compete ao Comitê de Elegibilidade:

I – opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; e,

II – verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e Conselheiros Fiscais.

§1º. - O Comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§2º. - As manifestações do Comitê, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, que deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

## **CAPÍTULO X** **Das Demonstrações Contábeis**

### SEÇÃO I Exercício Social

Art. 97. - O exercício social coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente.

Art. 98. - A empresa deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico.

Art. 99. - Aplicam-se as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nessa Comissão.



Art. 100. - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na legislação vigente e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às empresas de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da Empresa e as mutações ocorridas no exercício.

Art. 101. - Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

## SEÇÃO II Destinação do Lucro

Art. 102. - Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I – absorção de prejuízos acumulados;

II – 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

III – 5% (cinco por cento) de reserva estatutária, limitado à 20% do capital social.

IV – mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela empresa.

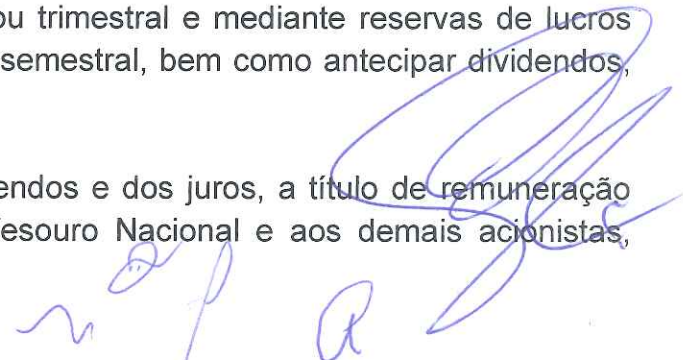
Art. 103. - O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei. A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

## SEÇÃO III Pagamento de Dividendos

Art. 104. - O dividendo será pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado, ou até o final daquele ano, quando autorizado pela Assembleia Geral de acionistas.

Art. 105. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendo com base no lucro apurado em balanço semestral ou trimestral e mediante reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como antecipar dividendos, com base em balanço semestral.

Art. 106. - Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas,



incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

Art. 107. - O valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, nos termos da legislação pertinente.

## **CAPÍTULO XI**

### **Do Pessoal**

Art. 108. - Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos da empresa.

Art. 109. - A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 110. - Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções.

## **CAPÍTULO XII**

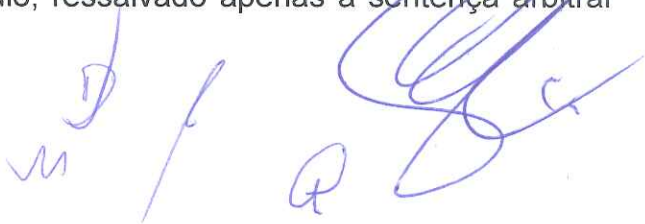
### **Resolução de Conflitos**

#### SEÇÃO I

#### Da Arbitragem

Art. 111. - Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pelo Fórum de Justiça Arbitral no Estado de São Paulo – SP, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem, por três árbitros, ou apenas um, caso as partes litigantes concordem. A Arbitragem estará sujeita às leis do Brasil e será conduzida no idioma português.

Parágrafo Único: O Processo de arbitragem correrá em sigilo absoluto, sendo vedado às partes, ao árbitro ou qualquer outra pessoa que, em função do processo arbitram tomar conhecimento dos fatos, provas, documentos, argumentações colacionadas, divulgá-las a qualquer título, ressalvado apenas a sentença arbitral em caso de necessidade de execução.



**CAPÍTULO XIII**  
**Do Foro do Contrato**

Art. 112. - Ressalvado o contido na cláusula anterior "Do Juízo Arbitral", deste contrato, as partes, desde já, elegem o foro da Comarca de Assis – SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer pendência oriunda da execução deste Estatuto.

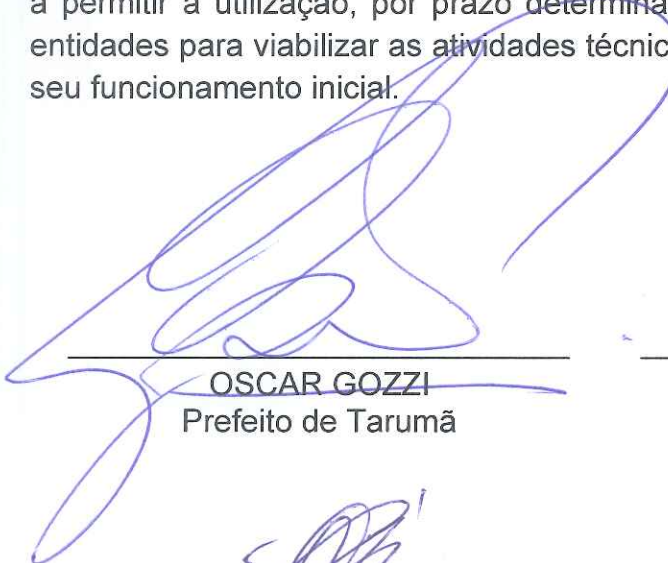
**CAPÍTULO XIV**  
**Das Disposições Transitórias**

Art. 113. - Para fins de sua implantação, a Diretoria Executiva poderá realizar contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, na forma do art. 37, inciso IX, da Constituição, não excedendo 24 meses.

Art. 114. - Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da Empresa Pública.

Art. 115. - Fica autorizada a Empresa Pública estabelecer convênios de cooperação técnica com órgãos e entidades da administração pública, destinados a permitir a utilização, por prazo determinado, de servidores de outros órgãos e entidades para viabilizar as atividades técnicas e administrativas indispensáveis ao seu funcionamento inicial.

Tarumã, 15 de junho de 2022.



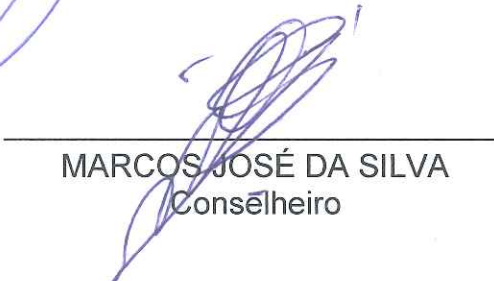
---

OSCAR GOZZI  
Prefeito de Tarumã



---

DANIEL ROIZ MENCACCI  
Conselheiro



---

MARCOS JOSÉ DA SILVA  
Conselheiro



---

JOSIANE AVANZI  
Conselheiro



---


RICARDO SILVA FUNARI  
OAB/SP n.º 192.648


**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO  
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA  
INOVATHUB ATIVOS S/A**

**INOVATHUB ATIVOS S/A, EM CONSTITUIÇÃO** terá sua sede e administração na Avenida Tarumã, n.º 1712, Vilas das Árvores, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, CEP 19.820-000, neste ato representada pelos conselheiros, (i) Sr. DANIEL ROIZ MENCACCI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 219.365.388-73, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 29.140.647-SSP/SP, residente e domiciliado na Alameda Doutora Marlene Passareli Cortez, n.º 370, Condomínio Casa Blanca, na cidade de Assis, Estado de São Paulo; (ii) Sra. JOSIANE AVANZI, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o n.º 269.658.228-99, portadora da Cédula de Identidade – RG n.º 32.750.001-3, residente e domiciliada na Rua Matrinxa, n.º 145, Vila Dourados, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo; (iii) Sr. MARCOS JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 130.850.548-55, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 19.992.476-4-SSP/SP, residente e domiciliado na Rua das Gaiotas, n.º 168, Vila dos Pássaros, na cidade de Tarumã, Estado de São Paulo, **subscrevem em moeda corrente nacional 100 (cem) ações subscrevendo e integralizando sua totalidade de ações ordinárias Classe A (ONA)**, nominativas, sem valor nominal, emitidas pelo preço unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante depósito bancário, conforme comprovantes em anexo.

Tarumã – SP, em 15 de junho de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
DANIEL ROIZ MENCACCI  
Conselheiro

  
\_\_\_\_\_  
MARCOS JOSÉ DA SILVA  
Conselheiro

  
\_\_\_\_\_  
JOSIANE AVANZI  
Conselheiro

  
\_\_\_\_\_  
RICARDO SILVA FUNARI  
OAB/SP n.º 192.648